

**Sistematização da Experiência nas Escolas: Francisco Araújo Barros e
Escola Família Agrícola Dom Fragoso**

**System of Interest in Schools: Francisco Araújo Barros and Don
Fragoso Agricultural Family School**

Laila Sabrina Queiroz Nazareno

E-mail: queirozlailla@gmail.com

Graduanda do curso de Agronomia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Joana D'arc da Silva Feitosa

E-mail: joanadarc.agro@aluno.unilab.edu.br

Graduanda em Agronomia Bacharelado, com prioridade no trabalho em Agricultura Familiar. Estudante da 1ª turma de Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Recebido em: 02/11/2017
Aprovado em: 17/04/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar, através da experiência *in loco*, as diferenças entre a Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Araújo Barros e a Escola Família Agrícola Dom Fragoso, haja vista uma ser de iniciativa estadual e a outra social. Na pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, desenvolvido a partir da observação e da vivência nas duas escolas rurais, que estão situadas no contexto do semiárido, possibilitando, assim, o resgate de informações *in loco*. A grande mudança notada em relação às escolas do campo se refere à liberdade de participação da população e ao reconhecimento por parte do Estado da necessidade e da viabilidade de proporcionar alterações na grade curricular. Contudo, ainda é notório que em ambas as instituições existe a real necessidade de profissionais que estejam aptos a trabalhar com o ensino contextualizado e que se identifiquem com a proposta.

Palavras-Chave: Escola agrícola; Pedagogia da alternância; Educação do campo; EFA.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify, through on-site experience, the differences between the State Preparatory High School Francisco Araujo Barros and the School Agricultural Family Dom Fragoso, considering one being of state initiative and the other social. The research used the qualitative method in which it was based on the observation and experience in the two rural schools, which are located in the context of the semi-arid, and thus enabling the retrieval of information in loco. The great change noted in relation to the rural schools is the freedom of participation of the population and the recognition of the State of necessity and the feasibility of providing changes in the curriculum. However, it is still clear that in both institutions there is a real need for professionals who are able to work with contextualized teaching and identify with the proposal.

Keywords: Agricultural school; Pedagogy of alternation; Field education; EFA.

Introdução

Há alguns anos, falar em atuação governamental para prover educação no campo poderia ser considerada uma política inovadora, entretanto, com o passar do tempo, apenas a oferta do ensino tornou-se ineficaz para o contexto rural. Frente a isso, um conjunto de movimentos sociais buscava uma educação contextualizada, e, espelhando-se neles e na Constituição de 1988, surge uma busca estatal pelo reconhecimento das singularidades locais e culturais como base para a grade curricular dos destinatários dessa política pública.

As escolas do campo são assim classificadas em respeito ao perfil sociocultural de seus alunos, que vêm de assentamentos, colônias agrícolas e sítios. Amparadas de forma legal, são subsidiadas e orientadas principalmente pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação no campo. Esse mesmo decreto descreve que a escola do campo é aquela localizada em área rural ou urbana e que atende predominantemente as populações do campo (BRASIL, 2010).

Caldart et al. (2012) ressaltam que a Educação do Campo vai muito além de um decreto que garanta ensino à população rural. Ela precisa ser entendida como um fenômeno da realidade brasileira atual que somente pode ser compreendido no âmbito contraditório das práxis e considerando seu tempo e contexto histórico de origem. Além disso, resulta da luta pela reforma agrária e nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa a incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (CALDART, 2012, p.259).

As escolas do campo têm autonomia para criarem seu próprio projeto pedagógico e depois o encaminharem para o Ministério da Educação (MEC) para a devida avaliação. Uma das características principais encontradas é que não só é valorizado o contexto cultural no qual estão inseridos seus estudantes, como também são incluídos os saberes rurais e as tradições locais nos conteúdos ensinados. Esse modelo de política aplicada a

esse segmento específico de ensino, que visa a educação como meio de respeito ao perfil sociocultural, é algo inovador e de pertinente apreciação em relação aos resultados dos mecanismos de ensino, aprendizagem e avaliação de assimilação de conteúdo dos mesmos.

A política de desenvolvimento social brasileira, em especial as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é responsável pela gestão dos principais programas de combate à pobreza no país. O MDS foi criado em 2004, fazendo ligação entre três áreas distintas do governo: o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família, vinculada à Presidência da República. Esses elementos fomentaram a criação de uma ampla rede de proteção e de promoção social que se constitui como a base da política social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o objetivo principal de diminuir a pobreza no país.

Essas conquistas são fruto das lutas e mobilizações do povo do campo, que compreendeu a necessidade de uma escola diferenciada que superasse o modelo de Escola Rural, garantindo, assim, o direito à educação. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) e outros segmentos da sociedade civil unificaram forças para criar o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em junho de 1997 (RIBEIRO, 2010), que foi o ponto de partida para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado no ano seguinte ao Encontro.

O PRONERA é uma política pública do governo federal voltada exclusivamente para a educação formal de jovens e adultos assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, assim como para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou em seu entorno e que, de certa forma, atendem ao povo assentado (SANTOS, 2012).

A implantação desse sistema de ensino e de escolas que trabalham o desenvolvimento sociocultural de um determinado lugar e/ou região pode ser vista pela ótica da tentativa de fortalecimento das políticas de combate à fome e às desigualdades sociais nacionais, na perspectiva de trabalhar a elevação do desenvolvimento local dessas regiões, através da manutenção de seus nativos, suas culturas e seus costumes. Nesse

sentido, o jovem, a mulher, o idoso ou qualquer representante da localidade não necessitam abandonar sua região e seus familiares na tentativa de buscar maneiras de viver e de produzir capital, porque serão orientados e instruídos a trabalhar de forma a conciliar equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente por meio da sustentabilidade dos recursos naturais, além da promoção da sociedade, principalmente se apoiando em um pilar fundamental das Escolas do Campo, que é a Economia Solidária, a qual busca a defesa social contra a exploração do trabalho humano e se caracteriza como uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos homens entre si e dos mesmos com a natureza. Dessa maneira, tal proposta estimula o trabalho e sua valorização como meios de combate à fome e de desenvolvimento sociopolítico e cultural.

Segundo Henriques et al. (2007), a educação escolar do campo passa a ser abordada como segmento específico, repleto de implicações sociais e pedagógicas próprias. Com isso, os estudos sobre movimentos sociais do campo e educação também vêm se expandindo e, segundo Souza (2008), isso provavelmente se dá em função da dinâmica societária, comentada anteriormente, de inserção da educação do campo na agenda política. Partindo dessa premissa, este artigo objetiva identificar, através da experiência *in loco*, as diferenças entre as Escolas Francisco Araújo Barros e Escola Família Agrícola Dom Fragoso, haja vista uma ser de iniciativa estadual e a outra social, respectivamente.

Metodologia

Nesta pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, desenvolvido a partir da observação e da vivência nas duas escolas rurais, situadas no contexto do semiárido, possibilitando, assim, o resgate de informações *in loco*. Inicialmente, a pesquisa se ateve ao método bibliográfico, sendo realizado um levantamento de autores que debatem essa temática sob a perspectiva crítica. A análise da coletânea do material existente sobre Educação do Campo foi confrontada com os planos anuais de ensino dos componentes curriculares da Escola Francisco Araújo Barros e Escola Família Agrícola Dom Fragoso.

O curso de agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) possui, em seu Projeto Político Pedagógico, um conteúdo voltado para a agricultura familiar e camponesa, estruturado de forma que possa aliar a teoria com a prática. Com isso, o ingressante começa a ter contato com o campo, assim como com a população rural, desde o primeiro período letivo, em atividades

nominalmente intituladas “Práticas Agrícolas”, que se iniciam no primeiro trimestre letivo, se estendendo até o décimo terceiro, perfazendo, assim, quase 87% do curso, além de outras disciplinas que possibilitam visitas e experiências no campo, como a disciplina de Educação do Campo.

Dessa forma, a vivência se deu através de experiências em aulas práticas, sendo que duas escolas foram escolhidas entre as mais de 70 escolas estaduais existentes: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso, localizada em Santa Cruz, município de Independência, a 305 km da capital do Estado do Ceará, e a Escola Francisco Araújo Barros, situada no município de Itarema, a 217 km da capital, e instalada no Assentamento Lagoa do Mineiro. Nessas respectivas localidades, ambas instituições atuam com a contextualização do ensino no campo. A experiência durou três dias integrais (manhã e noite), em fevereiro de 2016, na escola pertencente ao município de Independência, enquanto na escola situada em Itarema, foi possível vivenciar três dias integrais, no período de outubro de 2016, e mais três, durante o mês de abril de 2017. A partir disso, buscou-se compreender a dinâmica dos locais, sem intervenções diretas com os moradores.

Relatos e discussões

O Estado é uma comunidade de cidadãos politicamente organizados em uma estrutura estabelecida em relações de poder e tem manifestação através de órgãos, serviços e relações de autoridade. Essa estrutura, organizada de forma equilibrada, tem o objetivo de garantir a convivência ordenada e harmônica entre os cidadãos e manter a segurança jurídica. O próprio Estado faz a regulação da conduta da comunidade, ou seja, cria normas e impõe medidas de relacionamento. E, partindo dessa premissa, relativa à harmonização da vida social, existe uma regra fundamental caracterizada por uma dupla via de direitos e deveres, tanto do Estado para o cidadão, quanto do cidadão para o Estado. Partindo dessa condição, a educação dessas escolas deve ser sistematizada em um conjunto de valores, ideias, princípios, conhecimentos teóricos e empíricos, baseados na cultura de um grupo social que agrega valores em todas as fases do desenvolvimento sociocultural do aluno, que, por sua vez, só será aprovado se adquirir esses conhecimentos acerca de princípios fundamentais para a própria existência da escola, assim como o domínio das disciplinas regulares estabelecidas pelo MEC.

Essas regulações também se aplicam aos mecanismos das escolas do campo, mediante as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDB), mais tarde redefinidas pela Lei nº 12.796/2013, que apresenta, no seu art. 4º, o dever do Estado de prover educação pública básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assim como ofertar educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Escola Família Agrícola Dom Fragoso¹

A Escola tem como base a pedagogia da alternância², trazida ao Brasil por membros da Igreja Católica, com o objetivo de trabalhar com os filhos de agricultores e camponeses que não possuíam acesso ao ensino devido às dificuldades em razão da distância e, até mesmo, por problemas financeiros. Dessa forma, buscou-se permitir que esses jovens conseguissem concluir seus estudos e até mesmo adquirir conhecimentos técnicos sobre as práticas que eles já realizavam no dia a dia do trabalho no campo.

A instituição nasceu a partir do sonho de trabalhadores e trabalhadoras da Diocese de Crateús, CE, após a chegada de Dom Fragoso, na década de 1960, que iniciou os trabalhos na Comissão Pastoral da Terra (CPT), ajudando principalmente na reflexão sobre as práticas no campo em meio a situações de conflitos agrários. Nos anos de 1980, iniciou-se as conquistas de território por várias comunidades e, a partir disso, surgiu a necessidade de mudança de práticas em relação à terra, por parte dos agricultores.

A EFA Dom Fragoso sempre busca, com as sessões escolares e familiares, a unificação da sabedoria prática com a teoria, a troca de saberes e a interdisciplinaridade. Os alunos passam duas semanas na escola, onde estudam, expressam sua fé, cuidam de sua estrutura, contribuem para a manutenção da horta, dos criatórios e da arborização, praticam esportes e se desenvolvem em meio a uma convivência fraterna. Nas duas semanas seguintes, os estudantes realizam atividades com a família e a comunidade, nas

¹ A Escola Familiar Agrícola (EFA) promove experiências pedagógicas direcionadas aos adolescentes da área rural, incluindo educação básica e profissional, formação de lideranças e prevenção do êxodo rural. Possui uma proposta pedagógica adequada às características da vida rural, procurando, além de fixar o homem no campo, servir como instrumento do desenvolvimento agrícola. O projeto das Escolas Família Agrícola surgiu na França, em 1935, ligado à Igreja Católica, e hoje está espalhado por todo o mundo. O modelo foi implantado no Brasil em 1968, no Espírito Santo (MENEZES; SANTOS, 2001).

² A alternância se refere ao período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e na Comunidade, exercendo uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos (JESUS, 2011).

quais conseguem desenvolver o plano de estudo, assim como fazer o levantamento de problemas e colocar em prática as descobertas e pesquisas estudadas durante o tempo passado na escola, possibilitando, assim, a alternância pedagógica. Os alunos são divididos por localidade e auxiliados por um monitor que acompanha seu desenvolvimento durante todo o processo, assim como colabora para superar dificuldades e limitações.

A formação com base na alternância tem como objetivo principal possibilitar o ensino em tempo integral, envolvendo as famílias na educação dos filhos e fortalecendo a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida e a cultura local e a despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos (JESUS, 2011).

Na EFA Dom Frago, os educandos vivenciam as atividades em oito blocos de unidades, respectivamente: 1 – Mandala e viveiro de mudas; 2 – Horta tradicional, biodigestor, minhocário e pomar consorciado; 3 – Cozinha; 4 – Horta medicinal e casa do pão; 5 – Prédios e jardins; 6 – Água e lixo; 7 – Suinocultura e brejo; 8 – Bovinocultura, ovinocultura, avicultura e apicultura. Essas atividades possibilitam aos estudantes uma visão holística da produção agrícola, assim como apresentam alternativas para a convivência com o semiárido. Elas acontecem em tempo integral, tendo início às seis horas da manhã e finalizando às nove horas da noite. Nesse tipo de ensino, existem também outros momentos, como os de lazer, mística, formação humana e reforço escolar.

A instrução alternada supõe “dois programas” de formação: o da vida e o da escola. O primeiro oferece conteúdos informais e experienciais, e o segundo, conteúdos formais e acadêmicos. Cada um desses “programas” possui sua própria lógica. O Plano de Formação tem como objetivo reunir, numa terceira lógica, as duas lógicas complementares, mas muitas vezes contraditórias, que são a da vida e a dos programas escolares (GIMONET, 2007).

No último ano, a escola atendia 68 alunos e alunas de diversas cidades e comunidades, divididos nos três anos do ensino médio, respectivamente: 1º ano – 24 jovens, 2º ano – 21 jovens e 3º ano – 23 jovens. Contudo, esse público ainda é limitado devido aos poucos recursos disponíveis.

A escola acolhe jovens de 18 municípios do Ceará (Ipueiras, Independência, Monsenhor Tabosa, Crateús, Nova Russas, Parambu, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá, Quiterianópolis, Madalena, Quixeramobim, Pedra Branca, Canindé, Aracoíaba, Ocara, Chorozinho e Capistrano), de 46 localidades, distribuídos em 16 assentamentos de reforma agrária, 4 aldeias indígenas e 26 comunidades. A partir da conclusão do ensino, os alunos são graduados com qualificação em Agropecuária, em nível técnico, após a apresentação do Projeto de Vida Familiar Camponesa (PVFC), desenvolvido pelo estudante e sua família, contribuindo para o desenvolvimento das unidades produtivas familiares. Os cursos são reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação e pelo MEC.

A escola é mantida pela Associação Escola Família Agrícola de Independência (AEFAI), que garante seu funcionamento através de doações das famílias associadas e parcerias com instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Os principais objetivos da escola são possibilitar uma formação integral que trabalhe com as pessoas nas suas várias dimensões, contribuir para o desenvolvimento do campo, partindo da convivência com o semiárido, e unificar a sabedoria prática com a teórica, criando condições aos jovens de serem protagonistas de uma nova sociedade.

Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Araújo Barros

A EEEM Francisco Araújo Barros foi uma das contempladas entre as cinco primeiras experiências de Escola do Campo no estado do Ceará. Foi inaugurada e começou seu funcionamento no ano de 2012, depois de muitas reivindicações históricas por parte dos assentados do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) do estado. É uma organização estadual mantida com recursos públicos, cuja missão é promover a formação humana de jovens, visando ao conhecimento histórico, social, econômico, político, ambiental e cultural voltado para uma atuação crítica e participativa, buscando se apropriar do entendimento popular e científico, numa perspectiva de produzir novas ideias que contribuam para a transformação da realidade, do trabalho e da vida do campo.

Ao vivenciar o cotidiano da Lagoa do Mineiro, é possível observar o perfil da população que, com enorme senso de cidadania, conhece e reconhece seus direitos. Além disso, são cidadãos ativos em busca do bem comum, através da soma dos esforços individuais, ou seja, de uma luta coletiva pelo bem de toda a comunidade.

Concomitantemente, há um grande empenho no resgate e na manutenção dos saberes, da cultura e dos costumes locais.

É imprescindível estudar a história da localidade onde a escola está instalada, pois a luta pela construção da mesma caminha lado a lado com a conquista da terra. O assentamento Lagoa do Mineiro faz parte da resistência dos camponeses do litoral contra os patrões na década de 1980. Durante a ditadura militar, a violência permanente contra os camponeses e indígenas motivou a Igreja Católica a se posicionar em defesa dos agricultores e contra a sua expulsão da terra, fortalecendo suas formas de enfrentamento. A luta dos camponeses moradores da antiga fazenda que hoje corresponde ao assentamento Lagoa do Mineiro foi impulsionada por um processo de organização e resistência dos agricultores frente à realidade de ameaças do proprietário da época que, com a decisão de vender as terras para uma empresa que estava se instalando na região, os expulsou do local onde moravam e viviam há várias gerações, deixando a renda da terra cada vez mais cara para eles (DAMASCENO, 2015).

O processo relativo à posse das terras onde hoje é o Assentamento Lagoa do Mineiro foi muito problemático. Os assentados e assentadas enfrentaram lutas, assassinatos de alguns protagonistas, difamação do movimento, assim como muita perseguição. Segundo Damasceno (2015), Francisco Araújo Barros, Francisco Carneiro de Sousa Filho e Francisco Izaquiel Ferreira foram trabalhadores, protagonistas que enfrentaram a luta pela terra doando suas próprias vidas, sendo brutalmente assassinados.

O assentamento Lagoa do Mineiro surgiu oficialmente em 25 de julho de 1986, data de imissão de posse do território de 5.988 hectares (DAMASCENO, 2015). Atualmente, as famílias atuam com uma produção diversificada de castanha, fruto do cajueiro (*Anacardium occidentale*), coco (*Cocos nucifera*), mandioca (*Manihot esculenta*), utilizada na produção de farinha e goma, assim como feijão (*Vigna unguiculata*). Possuem uma cooperativa que desenvolve a experiência de comercialização da produção, tanto familiar quanto coletiva, e produzem procurando garantir a soberania alimentar e a produção diversificada agroecológica. Além disso, também possuem criações de pequenos animais como aves, suínos, ovinos, caprinos e pouca quantidade de bovinos, e a proximidade do mar permite a produção artesanal de peixes, camarões e demais frutos.

Há também uma forte manifestação cultural no assentamento. Segundo Damasceno (2015), as famílias são protagonistas de várias atividades artísticas e culturais, dentre elas destacam-se o reisado, as cantorias, as manifestações de repentistas e dramistas e os festivais de quadrilhas. Diante da grandiosidade produtiva e cultural dos moradores, a conquista da educação tornou-se uma prioridade das famílias assentadas.

Inicialmente, os professores eram voluntários com baixa escolaridade, que, mais tarde, conquistaram o direito de concluir sua formação através do PRONERA, e depois foram contratados temporariamente.

O modelo de ensino da escola do campo, além de não ser como o convencional, visto nos centros urbanos, é bem particular na Escola Francisco Araújo de Barros, onde os sujeitos participantes do planejamento das aulas, bem como do funcionamento da instituição, são a própria comunidade, os alunos, os servidores e a direção, permitindo, assim, uma identidade ímpar. A luta por essa escola possibilitou garantir ao jovem camponês um ensino teórico que estivesse de acordo com sua realidade, intercalando-o com a prática, de modo que venha a contribuir tanto para seu desenvolvimento individual, como para o desenvolvimento da família e da comunidade (PPP, 2012).

A alternância da presença dos alunos na escola e na comunidade como concepção de diálogo educativo utiliza-se de instrumentos pedagógicos próprios que buscam um processo de formação docente diferenciado e apropriado e visam ao fortalecimento da relação escola-comunidade na gestão, organização e coordenação da proposta educacional (PALITOT, 2007; COLATTO, 2013).

A educação do campo se propõe a ser uma ferramenta para a redução do êxodo rural, dando subsídios para que o jovem permaneça no campo e possa intervir em sua realidade. O Projeto Político Pedagógico, construído em 2014, coloca a escola em posição de assumir a formação de educandos e educandas críticos, participativos, autônomos, sujeitos da própria história, com consciência de gênero e de classe e comprometidos com a construção de outro modelo agrícola e agrário para o meio rural brasileiro, com a transformação social e com a agricultura camponesa, valorizando o campo como espaço digno de se viver.

A escola dispõe de espaços para a valorização do místico, o fortalecimento de crenças e o resgate de tradições, como é o caso do lugar denominado “cajueiro do saber”, que possibilita a reflexão e troca de saberes com a comunidade por todos os alunos e alunas, de diferentes idades e gêneros, em volta do cajueiro mais antigo do assentamento. Ações como essa, além de valorizar o saber popular dos moradores mais antigos da

comunidade, permite interações com o público mais novo, resgatando valores tão essenciais quanto o respeito ao próximo e em especial aos mais velhos (NASCIMENTO, 2012).

Anualmente, a carga horária escolar é de 3.960 horas/aula, divididas em 2.760 h/aula anuais correspondentes à base comum e 1.200 h/aula com conteúdo diversificado. A escola adota a metodologia de ensino semi-integral, em que há três dias da semana com cinco horas de aula (50 minutos cada) e dois dias com nove horas de aula (50 minutos cada). Atualmente, a escola conquistou, junto à Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), a contratação de engenheiros agrônomos e profissionais da área para assumir as aulas de conteúdo diversificado, assim como a ampliação no número de educadores para as demais áreas. No currículo, os tempos educativos estão divididos da seguinte forma: Tempo para formação e mística; Tempo de aula; Tempo de estudo individual; Tempo de trabalho; Tempo para oficina e atividades culturais; Tempo de seminário; Tempo para organicidade; Tempo de esporte e lazer (NASCIMENTO, 2012).

Nas aulas em campo, a instituição possui uma Mandala³ que contribui para a aprendizagem dos conhecimentos técnicos científicos, bem como para as questões socioambientais. A Mandala concorre para um olhar mais ecológico dos sistemas agrícolas, fortalecendo uma base mais ampla e sistêmica de discussão sobre a produção sustentável de alimentos, chamando a atenção dos agricultores e de seus filhos e filhas para uma prática produtiva que equilibre seus agroecossistemas e que os fortaleça culturalmente (SANTILLI, 2009; ALTIERI, 2012; FRAGA et al., 2014).

O assentamento Lagoa do Mineiro realizou a doação de 10 ha, homologada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a construção do Campo Experimental da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa, destinado à promoção de atividades produtivas e experimentos de tecnologias agroecológicas.

A escola também oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como outros cursos e projetos desenvolvidos em parceria com o MST, PRONERA, universidades e institutos de educação da rede pública, bem como outras organizações sociais e do poder público.

³ O conceito de Mandala é descrito por Dibo (2006) como círculo mágico ou como “círculo da essência”. Também é considerada como uma composição: manda (essência) e la (conteúdo). Caracteriza-se por uma figura geométrica quadrada com um círculo circunscrito ou vice-versa, com subdivisões, apresentando formas mais ou menos simétricas, divididas em quatro ou seus múltiplos.

Considerações finais

A grande mudança notada em relação ao Estado e aos cidadãos nas escolas do campo foi a liberdade de participação da população e o reconhecimento por parte do Estado da necessidade e da viabilidade de proporcionar alterações na grade curricular, liberação de políticas de bolsas para as escolas do campo, capacitação técnica dos docentes, melhoramento na estrutura funcional e tecnológica das unidades de ensino e políticas macroeconômicas que visem o desenvolvimento do campo como um todo. E isso só aconteceu por meio de muita resistência e batalhas travadas para que esse grupo social fosse ouvido de forma direta e para que seus pedidos fossem atendidos.

A convivência com ambas as experiências e o aprofundamento nas políticas públicas relacionadas à educação do (e no) campo, através de estudos, seminários e outras atividades, mostraram como acontece a concretização dessa proposta de educação na prática.

Frente à vivência nas duas instituições de ensino, foi possível constatar que há algumas distinções entre ambas. Uma delas se refere a questões de estruturação física, na qual a EEEM Francisco Araújo Barros apresenta ótimas condições. Seu funcionamento teve início em um prédio novo, bem conservado, com agradável arquitetura, construído com recursos do Governo do Estado, diferente da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, que iniciou suas atividades em uma casa. Todavia, atualmente, está dispõe de uma estrutura com auditório, laboratório de informática, salas de aula, dormitório, refeitório e outros espaços, que foram construídos no decorrer do tempo através de parcerias. Apesar de ser um espaço que foi erguido aos poucos, é o que melhor se destina ao aprendizado prático, sendo propício à proposta de educação no campo, uma vez que efetivamente oferece instrumentos destinados à pedagogia da alternância.

Ainda que a EFA Dom Fragoso seja uma iniciativa da sociedade civil, ela apresenta-se coerente com a política de educação do campo, mostrando-se eficaz. Infere-se isso devido à mudança de mentalidade dos jovens, público-alvo do processo, os quais antes tinham apenas um foco: sair do campo e ir em busca de um futuro melhor em outro lugar, geralmente nas metrópoles. Entretanto, a partir de suas experiências na EFA, passaram a compreender suas potencialidades de intervenção e de desenvolvimento pessoal.

Em ambas as instituições, existe a real necessidade de profissionais que estejam aptos a trabalhar com o ensino contextualizado e que se identifiquem com a proposta.

Para tal, é necessário que haja cursos (de licenciaturas e tecnológicos) que formem indivíduos prontos a atuar na realidade do campo, porque se continuar a importação de profissionais com a visão do espaço urbano, replicando esse tipo de informação, o campo continuará se esvaziando e a referida proposta pedagógica se transformará apenas em mais um fato histórico. A Escola do Campo, além de necessitar de uma política pública consolidada em âmbito nacional, também requer uma política de aprimoramento do que já existe.

A EEEM Francisco Araújo Barros possibilitou que se construísse uma ponte com a política pública que rege o sistema nacional de ensino, mas fica evidente que muito ainda precisa ser feito para que haja avanços na implementação do que está proposto. A EFA Dom Fragoso transpareceu que sua base é a organização social que, através de vários sujeitos (igreja, sindicato, pais, comunidade, educandos/as e parcerias), contribui para a gestão e para a implementação de sua proposta educacional, focando no desenvolvimento e no aprimoramento de todas as partes envolvidas diretamente com a escola.

É evidente que ambas as instituições precisam de parcerias voluntárias que venham a compartilhar do compromisso de atuar nos espaços onde estarão inseridas e contribuir para o meio rural, compreendendo as singularidades do campo, a fim de construir coletivamente soluções para as deficiências que envolvam economia, gestão, produção agrícola e outros, para, partindo disso, propor soluções executáveis, cooperando com o processo de desenvolvimento das escolas do campo.

Agradecimentos

Em especial, à EEEM Francisco Araújo Barros e à EFA Dom Fragoso, pela recepção, carinho e contribuição para a pesquisa. E à Unilab, pela possibilidade em vivenciar ambientes culturalmente ricos como esses.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*, 3. ed. rev. ampl. –São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA. 2012. 400 p. il. graf. tabs.

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Política de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 4 de novembro de 2010.

BRASIL. *Guia de Políticas e Programas*. Brasília: MDSA, 2017. 124 p.

BRASIL. *Projeto Base ProJovem Campo: Saberes da Terra*. Brasília, 2009.

CALDART, R. S. *Educação do campo*. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAMASCENO, C. DOS S. *Contribuições e Desafios da Escola do Campo Francisco Araújo Barros Para Construção do Projeto de Agricultura Camponesa do MST – Ceará*. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agrossistema) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DIBO, M. *Mandala: um estudo na obra de c. g. jung*. Último Andar, São Paulo, (15), 109-120, dez., 2006.

GIMONET, C. J. *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs – tradução de Thierry Burghgrave – Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos familiares de Formação Rural, 2007.162p.*

HENRIQUES, R., MARANGON, A., DELAMORA, M., CHAMUSCA, A. *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: Secad/mec, 2007. 81 p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbete Escola Família Agrícola (EFA)*. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001.

NASCIMENTO, J. G. *O processo de construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP da Escola Francisco Araújo Barros em Barbosa, assentamento Lagoa do Mineiro (Ceará) e a concepção de ensino médio*. Monografia (Especialização em Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo). Florianópolis, UFSC/Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, 2012.

PPP. *Projeto Político Pedagógico*. Escola Estadual de Ensino Médio do Campo Francisco de Araújo Barros: Itarema, 2012.

RIBEIRO, M. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, C. A. dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.629-637.

SEDUC. *Secretaria da Educação*. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2017.

SOUZA, M. A. de. Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, nº 15, p. 1088 -1111, set/dez de 2008.